

## FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo  
E-mail portoman@atribuna.com.br  
Telefone 2102-7269

“Esperamos que essa diretoria acabe com os cargos de confiança. Essa é uma determinação do Governo e que precisa ser colocada em prática, valorizando o pessoal da casa”, diz Everandy Cirino dos Santos, presidente do Sindaport

## PORTO &amp; MAR

## Diretoria da Codesp assume amanhã

A Autoridade Portuária terá novos diretores e presidente que serão empossados durante reunião do Conselho de Administração

FERNANDA BALBINO  
DA REDAÇÃO

Garantir obras de infraestrutura, principalmente as de acesso terrestre e aquaviário ao Porto de Santos, além de implantar projetos de Tecnologia da Informação (TI) e atuar em novos processos de arrendamentos portuários. Esses são alguns dos desafios a serem enfrentados pela nova diretoria-executiva da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), que vai assumir amanhã.

A Autoridade Portuária terá um novo presidente e dois novos diretores. Eles serão empossados durante reunião do Conselho de Administração (Consad) da empresa.

Por enquanto, o que se sabe é que o novo comandante da estatal que administra o cais santista será o engenheiro Casemiro Tércio Carvalho, ex-presidente da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS). O executivo foi indicado pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e já teve o nome aprovado pelo Comitê de Elegibilidade da Casa Civil.

Carvalho ainda não assumiu o cargo, mas já solicitou informações estratégicas a executivos da empresa. A lista de desafios é extensa, assim como a de pleitos da iniciativa privada e de trabalhadores.

“A comunidade portuária está cansada de ouvir promessas. Esperamos que, definitivamente daqui em diante, os nossos recursos capturados pela Codesp, por meio das tarifas portuárias, sejam investidos corretamente para o benefício da logística portuária, desativando os gargalos para trazer-nos maior eficiência, performance e diminuição dos custos operacionais”, destaca o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), João



As obras para acesso terrestre e aquaviário ao Porto de Santos, projetos de Tecnologia da Informação e novos processos de arrendamentos portuários estão entre os desafios

de Almeida.

Segundo o executivo, o custo final da operação portuária acaba, diversas vezes, mais alto por conta dos gargalos causados por dificuldades enfrentadas pela Autoridade Portuária. “O que frustra o segmento empresarial é que os valores que são pagos por meio das tarifas não são revertidos em investimentos da maneira que deveriam ser pela Autoridade Portuária. É isto tem que mudar”, afirma o presidente do Sopesp.

## ACESSOS

João de Almeida se refere, entre outras coisas, aos gar-

## RECURSOS

“A comunidade portuária está cansada de ouvir promessas. Esperamos que nossos recursos capturados pela Codesp, por meio das tarifas, sejam investidos corretamente para o benefício da logística portuária”

João de Almeida  
presidente do Sopesp

galhos nos acessos aos cais santista. Nesse contexto estão a conclusão das obras da Avenida Perimetral do Porto de Santos, no trecho

entre o Macuco e a Ponta da Praia, além das obras desse tipo na Margem Esquerda (Guarujá) do cais santista.

Também são citadas por operadores portuários a viabilização da ligação seca entre Santos e Guarujá, além de obras na malha ferroviária do Porto.

“Ainda é preciso implantar o VTMS (Sistema de Gerenciamento de Informações do Tráfego de Embarcações, na sigla em inglês), adequar o sistema de agendamento e de recebimento de caminhões às mudanças planejadas no sistema viário de acesso ao Por-

to”, afirma o consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Marcos Vendramini.

## UNANIMIDADE

A manutenção das profundidades do Porto de Santos é outro ponto citado por todos os procurados pela Reportagem.

“É preciso regularizar e acabar com os problemas na contratação da dragagem. Isso depende da atuação da diretoria, mas compromete a imagem do Porto de Santos e até causa a perda de cargas, prejudicando trabalhadores e operadores portuários”, afirma

o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos.

Em nota, a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) considera “de extrema importância para o desenvolvimento do setor uma governança portuária, que maximize a aplicação dos recursos, sobretudo em melhorias de infraestrutura e de acessos aos portos e terminais portuários, especialmente as dragagens de manutenção e as obras da perimetral do Porto”.

## Retomada da autonomia em foco

Além dos desafios na área de infraestrutura, a nova diretoria da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) deve se preparar para a retomada da autonomia administrativa e redobrar esforços em garantir a eficiência da gestão, após os escândalos envolvendo ex-executivos que foram presos pela Polícia Federal.

“Aumentar a visibilidade e a transparência de todo o sistema de contratações da Codesp, sejam elas de quais áreas forem, inclusive informando o acompanhamento físico e financeiro dos valores despendidos mensalmente para cada um dos contratos”, é uma das necessidades da Autoridade Portuária, destaca o consultor do Programa das

## CRISE DO PORTUS

A crise do Instituto de Seguridade Social Portus, o fundo de pensão dos trabalhadores portuários, é um tema que deve estar na pauta dos novos diretores da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp, a Autoridade Portuária de Santos). Com dívidas crescendo (cerca de R\$ 3,5 bilhões de déficit, atualmente), em 2011,

Nações Unidas para o Desenvolvimento, Marcos Vendramini.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos, além da transparência nos atos administrativos, também é preciso ampliar as discus-

a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda) decretou intervenção no fundo de pensão.

No mês passado, o Governo Federal liberou R\$ 100 milhões para o fundo, o que garante as despesas da entidade até julho. “É preciso resolver

sões sobre o modelo de gestão da empresa.

“Também esperamos que essa diretoria acabe com os cargos de confiança que se perpetuaram em outras diretorias. Essa é uma determinação do Governo e que precisa ser colocada em prática, valorizando o pessoal da casa”,

definitivamente esse problema e nós esperamos poder contar com a atuação da diretoria da Codesp neste caso e também na manutenção dos acordos coletivos firmados com a empresa”, afirma o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos.

destaca o sindicalista.

## ARRENDAMENTOS

Cumprir as exigências da portaria nº 574, que estabelece as regras para descentralizar os processos de arrendamento de áreas portuárias, que podem passar a ser feitos pelas respectivas autoridades portuárias,

é outro ponto destacado por Cirino e Vendramini.

“Nos arrendamentos, é preciso buscar a conclusão do processo (já ganho, aguardando a conclusão da mediação) contra o Grupo Libra, definindo plano para a futura utilização das áreas (inclusão no Plano de Arrendamentos do Governo Federal), além de concluir as remodelações do sistema ferroviário e dar suporte aos diversos arrendamentos de áreas a serem realizados”, afirma o consultor.

## CAPACIDADES DE MOVIMENTAÇÃO

Vendramini aponta a necessidade de aumentar as capacidades de movimentação para, no mínimo, mil toneladas por hora em todos os berços de atracação. Segundo ele, essa é uma questão frequentemente discutida, inclusive com o secretário nacional de Portos, Diogo Piloni, e precisa ser viabilizada.

“Isso só é feito inicialmente com investimentos em equipamentos de embarque e desembarque e, no caso dos líquidos, na contratação de navios com bombas internas que atendam tal requisito. Maior capacidade de movimentação por berço, menor tempo de permanência atracado, maior capacidade de recebimento de navios e menor fila na barra são os objetivos”, destaca o consultor portuário.